

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.232.505 -  
MG (2018/0007893-4)**

**RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**AGRAVANTE : GLÍCIA CRISTINA LINHARES DE CARVALHO**  
**ADVOGADOS : PATRICIA CARLA ARMANI TURCI - MG040137**  
**EDUARDO MACHADO DIAS E OUTRO(S) - MG074384**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**  
**PROCURADOR : MARCELO VEIGA FRANCO E OUTRO(S) - MG112316**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DO STJ QUE INADMITIU RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 280/STF.

1. A decisão monocrática da presidência do STJ assentou (fls. 1239-1240, e-STJ): "Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: Súmula 83/STJ, Súmula 7/STJ, Súmula 280/STF e ausência de julgamento como válido de ato de governo local contestado em face de lei federal. Entretanto, a parte Agravante deixou de impugnar especificamente: Súmula 280/STF".

2. No presente recurso, a parte agravante deixa de observar a determinação do art. 1.021, § 1º, do CPC/2015, pois não rebate os fundamentos do mérito da decisão recorrida, que não conheceu do Agravo em Recurso Especial.

3. A iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou que não se conhece de Agravo contra decisão monocrática que não ataca especificamente as bases da decisão recorrida, de forma a demonstrar que o entendimento esposado merece modificação. Assim, não bastam alegações genéricas em sentido contrário às afirmações da decisão agravada.

4. Dessa forma, a ausência de impugnação especificada atrai a incidência na espécie da Súmula 182/STJ, a qual está em consonância com a redação atual do CPC em seu art. 1.021, § 1º: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

5. Agravo Interno não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça: "'A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Og Fernandes, Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães e Francisco Falcão (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator."

Brasília, 16 de outubro de 2018(data do julgamento).

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator

